



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>			
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>REUNIÃO Nº:</b> 1156/16	<b>DATA:</b> 04/10/2016	
<b>LOCAL:</b> Plenário 8 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 15h10min	<b>TÉRMINO:</b> 17h23min	<b>PÁGINAS:</b> 46

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**JOSÉ FELIPE RIBEIRO** - Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.  
**NELSON ANANIAS FILHO** - Coordenador de Sustentabilidade da Comissão Nacional de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Irrigação, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA.  
**SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO** - Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA.  
**ELISA ROMANO DEZOLT** - Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria — CNI.  
**CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM** - Diretor de Fomento e Inclusão do Serviço Florestal Brasileiro — SFB.  
**OSVALDO ANTÔNIO RIEDLINGER DOS SANTOS** - Gerente de Recursos Florestais do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul — IMASUL, representando o Governo do Estado.  
**DONALD SAWYER** - Representante da Rede Cerrado.

**SUMÁRIO**

Debate do Projeto de Lei nº 25, de 2015, sobre conservação e utilização sustentável da vegetação nativa do bioma do Cerrado.

**OBSERVAÇÕES**

Houve exibição de imagens.  
Há palavras ou expressões ininteligíveis.  
Houve oradores não identificados.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada a debater o Projeto de Lei nº 25, de 2015, sobre a conservação e utilização sustentável da vegetação nativa do bioma Cerrado. O Requerimento para realização deste evento é da Deputada Tereza Cristina, do PSB do Mato Grosso do Sul.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Tendo em vista que haverá sete palestrantes, convidarei inicialmente a compor a Mesa dos trabalhos três expositores. Os demais palestrantes ocuparão a primeira bancada deste Plenário e serão convidados a compor esta Mesa ao término das três exposições iniciais.

Convido para sentar-se à mesa o Sr. José Felipe Ribeiro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA; a Sra. Suely Mara Vaz de Araújo, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, representando o Ministério de Meio Ambiente, e o Sr. Nelson Ananias Filho, Coordenador de Sustentabilidade da Comissão Nacional do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA.

Prestados os esclarecimentos iniciais, concederei a palavra para cada convidado pelo tempo de 10 a 15 minutos, e após as palestras iniciaremos os debates. Peço que cada convidado observe o tempo proposto para sua exposição. Há um cronômetro, à esquerda, neste plenário, para orientá-los nesse sentido. Desde já agradeço.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública, por meio do Portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados. Servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas por nossos convidados ou pelos Parlamentares ao final dos debates.



Informo que esta reunião está sendo gravada, por isso solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para suas intervenções.

Peço ainda aos palestrantes que assinem autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas desta Casa.

A Deputada Tereza Cristina está em uma reunião no Palácio do Planalto e está chegando, bem como o Presidente da Comissão. Eles pediram-me para abrir a reunião.

Estava previsto que a proponente desta audiência, a Deputada Tereza Cristina, falasse inicialmente. Enquanto a aguardamos, para adiantar, visto que logo mais terá início a Ordem do Dia, passo diretamente a palavra aos expositores.

Posso seguir a ordem aqui? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. José Felipe Ribeiro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA. S.Sa. tem 10 minutos ou, se precisar, 15 minutos.

**O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO** - Boa tarde.

É com muito prazer que volto aqui. Também é um prazer muito grande vir falar desse tema, falar do que é e como conservamos o Cerrado. Agradeço bastante o convite. Esta é uma oportunidade importante de trazermos o que a EMBRAPA tem em termos de pesquisas, para ajudar nesse debate da conservação da biodiversidade.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu quero deixar bastante claro o que é conservação. Vejam que há a visão preservacionista, que conserva e contempla a natureza, sem interferência humana. Há também a visão conservacionista, na qual é muito importante permitir o uso sustentável, buscado por esse projeto de lei. Na visão conservacionista, há a participação da espécie humana, que é parte desse sistema.

Gostaria de esclarecer que o Cerrado não é só aquele monte de árvores tortas, como muita gente pensa. Há nele uma série de matas e de áreas campestres. Tudo isso constitui o Cerrado.

Sobre a água, é este tipo de água de que estamos falando no Cerrado ou é aquele? Temos de nos preocupar como é esse ambiente e como fazemos uma boa



agricultura, pois conservação é agricultura também. Vamos nos preocupar com o Cerrado conservando água.

Nós estamos vendo aqui que 94% da água da bacia do São Francisco brota do Cerrado, sendo que 47% da bacia está aqui dentro. Grande parte da água que está circulando no São Francisco vem do Cerrado e é captada aqui. Então, qualquer mau manejo que se faça no Cerrado irá refletir no restante do País, nas grandes bacias do Paraná-Paraguai e Araguaia-Tocantins. Portanto, temos de entender como essa ecologia do Cerrado, a água, está nesse sistema,

Como está esse solo? Aí vamos começar a ver como é importante entender esse conceito de conservação. O tipo de solo determina uma série de distribuição da vegetação, como o cerradão e as matas principalmente. Essa vegetação está localizada no mesmo solo que é disputado pela agricultura.

O que acontece quando praticamos a agricultura? A vegetação some. Não tem jeito. É aí que há aquela preocupação do *trade-off*, ou seja, a competição entre uma área agrícola e a vegetação. Por isso, é necessário tomar cuidado e saber como fazer as boas práticas agrícolas. Se nós fizemos a opção de eliminar parte da natureza para fazermos agricultura — que é de onde vem a nossa alimentação —, nós temos que entender esse processo.

O que eu quero falar é o seguinte: se alguém aqui nesta sala conhecer um jeito de fazer agricultura sem ser no ambiente, diga como se faz isso, porque nós estamos precisando saber.

Então, nós temos que entender como manejar o ambiente da melhor maneira possível. Eu tenho a certeza de que, para um projeto de lei como este, trazem aqui um grupo seletivo de pessoas e essas instituições que nós representamos para poderem entender como o Cerrado funciona e como tomar a melhor decisão sobre onde vamos fazer agricultura e onde vamos preservar.

Para fazer conservação, temos que entender essa oferta ambiental que o Cerrado e temos que ter preocupação com a água e com o solo, para conseguirmos um solo mais agrícola e fazer essa agricultura da melhor forma possível.

Continuando a sequência de raciocínio, existem a água, o solo e a vegetação. Vejam que o Brasil tem 45 mil espécies, sendo 12 mil no Cerrado, distribuídas em



paisagens florestais, savânicas e campestres. Olhem a oferta de biodiversidade que nós temos: 12 mil espécies, distribuídas nessas fitofisionomias!

Aí vem aquela pergunta: o que vamos conservar? Eu vou dar alguns exemplos. Há as espécies alimentares. Aqui vemos o Sr. Clóvis, que muita gente conhece, porque trabalha com os sorvetes Frutos do Brasil. Isso aqui parece uma manga, mas é um pequi. Há ainda as espécies ornamentais, as artesanais e as medicinais.

Então, o quê e como conservar é o grande desafio. Nesse sentido, temos sugestões de como pegar essas espécies e do que fazer. Este é o *site* da EMBRAPA para atender o Código Florestal, no qual estamos procurando mostrar como fazer esses plantios.

Oferecemos cursos também. Este é um curso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural — SENAR, numa parceria que temos com a própria CNA. Em 2 dias, nós preenchemos todas as vagas deste curso, sobre os elementos de paisagem do Cerrado; produção de sementes e mudas; e inserção da árvore na propriedade rural. Em 2 dias, todas as vagas foram preenchidas.

Esse *site* dá uma previsão, por exemplo, de quando plantar. Ele fornece uma previsão do clima e das possibilidades de regeneração da vegetação, bem como de quais técnicas se deve utilizar. Esse é o grande desafio. No caso do Cerrado, dessa gama de 12 mil espécies, 330 espécies podem fazer parte da paisagem produtiva. Mostramos como estão os principais esquemas de áreas de regeneração, onde o potencial de regeneração é alto, médio ou baixo.

Mas o que fazer com esse sistema que está degradado? Hoje vemos, no Código Florestal, que a primeira opção que o produtor tem é: “*Se deu certo, deixa como está!*” Será que essa é a melhor opção?

Nós temos que estar preocupados com a oferta de técnicas e estratégias de recuperação e com as espécies de que dispomos. Isso nós da EMBRAPA temos pronto para o Cerrado. O *site* mostra quais são as técnicas para o Cerrado, sejam aquelas mais simples, de cercar e deixar como está, sejam aquelas de nucleação, bem como quais são as espécies de que o agricultor dispõe para restaurar cada um dos ambientes.



Além disso, nós mostramos o resultado que o agricultor pode ter após 2 ou 3 anos. A grande preocupação do agricultor é: *“Eu cerco e deixo como está, e nada acontece!”* Mas há um risco em se aplicarem certas técnicas. Por isso, os resultados também estão previstos lá, mostrando como a área ficará depois de 10 anos.

Quando falamos das fitofisionomias do Cerrado, olhamos, naquele lado da natureza, quais são as espécies existentes. Nós já passamos disso. Hoje — eu tenho certeza de que muitas outras pessoas vão tocar neste assunto — nós não estamos falando mais em potencial para conservação do Cerrado. Hoje nós já sabemos quais são essas espécies e como algumas delas se comportam em situações de plantio. Com isso, nós estamos falando na tal conservação, pois partimos do princípio de que há uma oferta de espécies nesse ambiente.

O Cadastro Ambiental Rural — CAR, por exemplo, é uma ferramenta incrível que nos mostra quais são os ambientes degradados.

Como podemos pegar essa oferta concreta de espécies e o que a pesquisa já gerou de informação, para produzir mudas? Fizemos publicações sobre coleta de sementes e produção de mudas de 90 dessas espécies. Estamos chegando, até o final deste ano, em 250 espécies.

Vamos falar sobre recuperação com produção. Quando falamos em conservação e recuperação do ambiente, estamos preocupados em como sair de uma situação de más práticas agrícolas, como fogo e erosão rio abaixo, e partir para a utilização de técnicas apropriadas e de plantio de espécies apropriadas.

Este trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA já tem 10 anos. Mas vemos que o uso da tecnologia é baixo. Nós temos que trabalhar, por isso, ministramos aquele curso. Precisamos saber como, usando o sistema, trazer para esse produtor o que a pesquisa oferece em termos de orientações técnicas, para que as propriedades rurais possam, então, ter boas práticas agrícolas e perturbem menos o ambiente. Isso é realmente conservação.

Este é um resultado do Projeto Biomas, numa parceria com a CNA, em que estamos exatamente procurando exercitar essas técnicas. Com relação àquilo que o Código Florestal pede em termos de regeneração natural, plantio com mudas e consórcio com plantas nativas, já obtivemos resultados para os seis biomas nacionais. Um deles, claro, é o Cerrado. Isso está no Programa de Assentamento



Dirigido do Distrito Federal — PAD/DF para ser visitado. Já fizemos guias de campo, mostrando essas parcerias, com semeadura direta, regeneração natural, todos os procedimentos que o Código Florestal tem.

Qual é o cenário do uso da terra? O que a ciência tem para trazer para vocês? O Cerrado tem esse tipo de paisagem nativa. O que está acontecendo é que a agricultura tem um uso nessa terra. Mas, por outro lado, existe uma vegetação que não está sendo utilizada. Nós temos que saber como esse uso da terra pode ser feito com boas práticas agrícolas, de modo que ele não deteriore o sistema que está ali do lado, de modo que esta não seja a paisagem que vamos ver.

Então, a nossa responsabilidade não é só quanto à conservação da natureza. Também fazem parte da conservação as decisões que tomamos sobre o plantio com espécies nativas, de modo que ele seja benfeito e não vá repercutir de forma negativa naquilo que estamos procurando ter ainda de vegetação nativa, que é o que a legislação permite.

Então, a nossa preocupação na EMBRAPA é saber as técnicas que existem, como vamos adequar ambientalmente a propriedade rural, quais são boas práticas para o uso alternativo do solo, quais são as práticas para a Reserva Legal, quais as técnicas para recuperação de Áreas de Preservação Permanente — APPs. Isso é conservação. Esse é o desafio que temos para colocar juntos a agricultura e o meio ambiente.

Eu digo que não tem jeito de fazer agricultura em outro lugar que não seja no ambiente. Mas, se nós não conservarmos esse ambiente em termos de água e de solo, essa agricultura não vai funcionar.

Por último, nós temos que procurar saber quais são as técnicas que podem ser aplicadas nas Áreas de Uso Restrito. Este é mais um curso, que está acontecendo desde segunda-feira, no Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul — IMASUL, numa parceria com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural — AGRAER, o Projeto Biomas e o Ministério do Meio Ambiente. Eu vou sair daqui e vou para o Mato Grosso do Sul — a Deputada não está aqui —, para participar desse curso, que é exatamente sobre esse assunto de como coletar sementes e produzir mudas, de como colocar a natureza dentro do sistema agrícola, entendendo o que é conservação no seu sentido amplo.



Esse é o grande desafio que temos. Não existe um ou outro lado. Nós estamos dentro do mesmo barco e, se não remarmos juntos, não vamos fazer com isso dê certo.

Este é o último eslaide. Numa escala temporal, o acontece neste nosso planeta? Vamos eliminar o que temos? E, se estamos falando da agricultura, o Cerrado está dentro desse ambiente, são as pessoas que conservam o Cerrado.

Espero ter colaborado. Muito obrigado pelo tempo a mim disponível.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. José Felipe Ribeiro. Com certeza, o senhor colaborou conosco.

Convido agora para fazer sua exposição, por 10 minutos, tempo que pode ser estendido para 15 minutos, o Sr. Nelson Ananias Filho, Coordenador de Sustentabilidade da Comissão Nacional de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Irrigação, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA.

**O SR. NELSON ANANIAS FILHO** - Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Nilto Tatto, na pessoa de quem também cumprimento toda a Mesa e todos aqueles que hoje se interessam em discutir o Cerrado, assim como nós produtores rurais, que também nos preocupamos em discutir outras leis, como a Lei do Licenciamento Ambiental, o Código Florestal, a Lei das Águas, entre outras.

É um prazer poder mostrar aqui a visão do produtor rural nesse processo de regulamentação das leis dos biomas, sendo o Cerrado o principal e emblemático bioma para a produção rural brasileira.

O objetivo desta minha palestra é discutir o Projeto de Lei nº 25, de 2015, de autoria do Deputado Sarney Filho, hoje Ministro, e a visão do produtor rural. A CNA entende que toda essa legislação não funcionará se não for à base de uma parceria, envolvendo todos os atores. Esse entendimento se deu duras penas, fruto de grandes discussões, que muitos dos senhores acompanharam durante todos esses anos.

A época de se basear toda a ação de conservação em mecanismos de controle já passou. Ela foi importante, mas já passou. Se nós não trabalharmos em mecanismos de parceria, não vamos conseguir atingir os objetivos do nosso setor —





que também são conservação e preservação juntas —, nem tudo aquilo que beneficia o sistema produtivo como um todo.

O projeto de lei, em sua ementa, diz que vamos dispor sobre a conservação e a utilização sustentável da vegetação nativa do bioma Cerrado. E eu estou baseando todo o meu discurso e a minha apresentação na afirmação de que, sem parceria, não chegaremos a lugar nenhum.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Se estamos falando em conservação e utilização sustentável do bioma Cerrado, temos que entender um pouco o que é sustentabilidade. A sustentabilidade dentro da propriedade rural é baseada no manejo eficiente dos recursos disponíveis — água, vegetação, solo, tudo aquilo que está envolvido —, muitos deles já regulados por uma norma, uma lei, uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA.

A produção agrícola tem que se dar em volumes necessários para satisfazer a crescente aspiração da também crescente população e a demanda de alimentos. Ela é baseada numa unidade econômica lucrativa; produtos cada vez mais saudáveis — que a segurança alimentar é baseada em quantidade e qualidade —; responsabilidade social; e cumprimento da legislação, que já existe bastante.

Legislação há demais. Falta comunicação entre as diversas normas, falta tornar essa legislação executável, de forma que permita ao produtor manter a sua propriedade, fazer a sua conservação e cumprir aquilo que lhe é exigido.

Vejam este conceito. A propriedade rural é baseada num tripé bem conhecido de cada um de nós: o social, o ambiental e o econômico. Se há só o social e o ambiental, isso pode ser suportável. Se há só o social e o econômico, isso é equitável. Se há só o ambiental e o econômico, isso é viável. Mas se não forem trabalhados os três, não conseguimos ser sustentáveis.

Não adianta trabalhar legislações 100% restritivas, porque ninguém vai tomar conta daquilo que é conservado ou preservado dentro da propriedade rural, a não ser o próprio produtor rural, que tem essa obrigação por lei. Se ele, que é obrigado, não tiver recursos para evitar que haja fogo na sua APP e na sua Reserva Legal, para evitar que alguém cace ou corte o seu recurso florestal, quem que vai fazer isso? O Governo? Estamos falando de muita terra, de muita gente, de muita área.



Então, se esse tripé não se sustenta, o fator ambiental cai, o econômico cai e, conseqüentemente, o social.

Agora vamos falar da base de desenvolvimento da agricultura para a situação do Cerrado hoje. Este gráfico já é bastante conhecido aqui. Mas vale a pena trabalhar com ele, porque foi em cima do Cerrado que a agricultura brasileira deu um salto de produtividade e também mostrou como fazer produção conservando o bioma e evitando o avanço sobre novas áreas.

Tecnologia é a base do desenvolvimento da agricultura brasileira. Nos últimos 40 anos, ela teve um aumento de produtividade, avançando pouco em novas áreas e conservando a vegetação nativa. Conseguimos atingir um aumento de produção de 335% e de produtividade de 181%, avançando apenas em 54% da área.

Esses dados dos últimos 40 anos são baseados no desenvolvimento de novas áreas do Cerrado e na criação da EMBRAPA. O Cerrado hoje é responsável por mais de 50% da produção pecuária e de grãos do Brasil, promovendo a garantia da segurança alimentar, a diminuição do custo da cesta básica, a exportação e tudo o mais.

Hoje temos uma poupança. Se estivéssemos produzindo com a mesma tecnologia que tínhamos 40 anos atrás, necessariamente teríamos avançado em mais de 162 milhões de hectares, possivelmente no Cerrado ou em outros biomas, pois precisaríamos produzir para alimentar a população. Lembro que a área de produção agrícola hoje é de 75 milhões de hectares. Então, a agricultura mostrou a sua competência dentro da porteira e evitou o avanço sobre novas áreas.

Da mesma forma, todos conhecem este gráfico. Qual é o outro papel? Nós temos cumprido o nosso compromisso voluntário de diminuir o trabalho e o avanço sobre o Cerrado muitos anos antes do que previa a meta. Existe a conscientização do produtor. Existe o aumento de APPs, comprovado no acompanhamento dos últimos censos e também nos primeiros números do Cadastro Ambiental Rural — CAR. Apesar de ainda não termos acesso direto aos números, para saber onde isso ocorre, eu entendo que as nossas metas estão muito próximas de serem cumpridas.

Além disso, o Cerrado tem áreas protegidas, sendo cerca de 8% só em Unidades de Conservação. Por que estou falando disso? Porque, apesar de as metas do projeto de lei estabelecerem que 17% das áreas do Cerrado devem ser de



Unidades de Conservação, o papel das APPs e Reservas Legais nos faz chegar muito próximos a isso. Além disso, as áreas prioritárias para a conservação de Cerrado também são um grande indicativo.

O Cerrado ainda tem 48% de área desmatada. Ou seja, mais de 50% da vegetação nativa do Cerrado está de pé, segundo números do IBAMA. Está aqui a referência: [http://siscom.ibama.gov.br/monitora\\_biomas](http://siscom.ibama.gov.br/monitora_biomas). Esta é última versão que está valendo lá, que data de 2009.

A atividade agropecuária do Cerrado não tem muito mais para onde avançar. Não precisaremos avançar sobre tudo, mas temos necessidade de avançar. Nesse sentido, há uma reserva potencial estratégica que deverá ser utilizada no momento propício. Então, se 47 milhões de hectares são de áreas ocupadas, ainda há um potencial de 27 milhões de hectares a ser utilizado, respeitando-se APP, Reserva Legal e todas as outras formas de conservação que nos exige a legislação.

Foi necessário mostrar esses dados para que eu chegasse ao ponto da avaliação do projeto de lei.

O projeto de lei tem que conciliar produção e preservação, a exemplo do Código Florestal, o qual tem como princípio, em seu art. 1º, se não me engano, conciliar produção e preservação. Isso é coisa que o projeto não faz, pois só fala sobre conservação.

Somente os remanescentes de vegetação nativa e os passivos ambientais indicados pelo CAR deverão ter seu uso garantido por essa lei. Por quê? Porque o resto está consolidado. O CAR dirá o que é preciso fazer com o passivo, sendo que o que é consolidado tem que ser incorporado.

O projeto cria um algo novo, a avaliação ambiental estratégica, que não consta da Política Nacional do Meio Ambiente. Isso significa que vão ser esquecidos os demais instrumentos dessa política, como o zoneamento, o licenciamento e todos os que são necessários e exigidos para a produção rural brasileira?

O projeto conflita com o Código Florestal no que diz respeito às atividades passíveis de serem classificadas como de baixo impacto, de utilidade pública e de interesse social. Ele restringe aquilo que está no Código, inclusive a capacidade ou possibilidade de o Poder Executivo federal declarar áreas de utilidade pública ou de



interesse social. No caso do Código Florestal, isso é permitido ao poder público federal, e não ao CONAMA.

O projeto deve considerar a gestão democrática, que precisa ficar conferida aos Estados até por determinação da Lei Complementar nº 140, de 2011, segundo a qual eles têm a possibilidade de legislar, licenciar e fiscalizar. Tem que ser mantida essa delegação dos Estados, bem como sua capacidade de fazerem seu licenciamento ambiental.

O projeto deve levar em conta a função estratégica da atividade agropecuária no crescimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população. Não se pode restringir essa atividade. Somos nós que estamos mantendo o crescimento das cidades. Se não houver possibilidade de expansão do agronegócio, aquelas populações ficarão condenadas a ficar ali, sendo que não haverá desenvolvimento econômico das cidades.

Deve se considerar ainda a presença, no País em mercados internacionais de alimentos, fibras e bioenergia, por ações preconizadas até no desenvolvimento estratégico de fontes alternativas de combustível.

O projeto restringe o uso do carvão vegetal nativo de origem legal. Existe um tipo de carvão cuja origem é legal. Quando se trabalha o uso alternativo de solo, é obrigatório fazer o aproveitamento desse material lenhoso. Então, o projeto vai contra inclusive a própria legislação.

O projeto restringe o uso alternativo do solo em qualquer área onde haja espécies ameaçadas de extinção. De acordo com as portarias do IBAMA, há 3.285 dessas espécies, que estão descritas. Então, caso se restrinja o avanço sobre essas áreas, sem dar alternativa locacional ou qualquer outra, isso encerra o uso do Cerrado.

O projeto tira a possibilidade de utilização e de uso alternativo por falta de pastagens. A pastagem faz parte do Plano ABC, um caso da integração lavoura/pecuária/floresta. Em qualquer integração, precisa-se de pastagem. Então, essas tecnologias que foram preconizadas pelo Plano ABC, que são tecnologias utilizadas para fixação de carbono, já estariam de fora.

Como conclusão, nós entendemos que o projeto de lei precisa ser adequado ao Código Florestal. Nós precisamos trabalhar o Zoneamento Ecológico Econômico,



porque ele diz onde e o que se fazer com o bioma. Existe ainda o Zoneamento Agroecológico, que também dá diretrizes sobre o uso alternativo.

Por fim, destaca-se a ausência do Estado na zona rural brasileira. Sempre há alguém para ir lá autuar, mas não há ninguém para fazer o licenciamento ou dar orientação. O produtor rural está lá precisando de orientação, está lá precisando de tecnologia, está lá precisando de informação. Mas o Estado só vai até lá para autuar.

Pagamento por Serviços Ambientais — PSA. Cadê a garantia do Pagamento por Serviços Ambientais? É preciso uma alternativa de uso de solo que renda mais nas áreas legais, que renda mais do que aquela de conservação. Essa é a alternativa de o produtor rural se manter e sustentar a sua família, de ele manter sua propriedade e não ser desapropriado, até porque a não utilização da propriedade rural enseja a desapropriação. E como nós vamos fazer isso?

Deve haver a garantia de segurança alimentar no País e da aprovação das Metas de Aichi pelo Congresso Nacional, em virtude de uma resolução do CONAMA que não foi apreciada por esta Casa. Nela se exigem 17% de Unidades de Conservação, enquanto que, nas Metas de Aichi, a APP e a Reserva Legal são contabilizadas nesses 17%, o que nos garante até mais do que esses 17%.

E, por último, dizemos “não” ao desmatamento zero. Como eu falei no começo da minha apresentação, desmatamento zero faz com que a propriedade não se sustente. Se nós não tivermos alguém para tomar conta das áreas que necessariamente são relevantes, não vamos conseguir sustentar a propriedade rural. Aí vamos fazer o quê? Quem vai tomar conta delas?

Era isso o que tinha a dizer nesses 15 minutos. Gostaria de agradecer em nome da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA e do Dr. João Martins, o nosso Presidente.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Nelson.

Passo a palavra agora para a Sra. Suely Mara Vaz de Araújo, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, também por 10 minutos ou, se precisar, 15 minutos.

**A SRA. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO** - Boa tarde a todos.



Eu falo aqui mais como representante do autor da proposição, o Ministro do Meio Ambiente, do que propriamente como representante do IBAMA. Então, venho representando o próprio Ministério — foi esse o pedido que o Ministro me fez.

É uma honra estar na minha casa, de volta. Eu sou daqui da Câmara dos Deputados, da Consultoria Legislativa.

Esse projeto de proteção do Cerrado vem complementar a legislação florestal, trazendo normas direcionadas especificamente ao bioma. Ele segue a mesma linha de preocupação que gerou a Lei da Mata Atlântica.

Eu, pessoalmente, nem gosto de chamar o Código Florestal de “código”, porque ele não se autodenomina como tal. Um código esgota as normas sobre determinado tema, enquanto que a Lei Florestal de 2012 não esgota as normas sobre exploração da vegetação. Exatamente por ela não ser um código, a legislação que a complementa é bem-vinda.

A posição do Ministério é no sentido de apoio não só a uma lei direcionada à proteção do Cerrado, como também ao debate de todas as leis que forem dirigidas a biomas específicos, como complementação relevante à Lei Florestal de 2012.

Nós entendemos que não há conflito entre o texto que está proposto no projeto e a lei de 2012. Ele traz normas mais específicas, direcionadas ao bioma que está em foco.

A demanda do Ministro em relação à minha fala é de que a principal defesa seja esta: deve existir uma lei de proteção ao Cerrado que tenha a cara do Cerrado.

A Lei da Mata Atlântica refletiu as dificuldades que há na Mata Atlântica, que é um bioma com percentual baixíssimo de remanescentes de vegetação nativa. Então, a lei tem toda uma preocupação e um rigor extremo, conforme o estágio da vegetação, se ela é original ou está em regeneração.

Portanto, a lei do Cerrado deve ter a cara do Cerrado. Nesse sentido, qual o nosso ponto de vista, para começarmos aqui a análise? O Cerrado brasileiro é a savana do planeta com maior diversidade biológica e também com maior risco de degradação.

Nessa linha, qual é um dos problemas que existem? Se nós pegarmos o percentual do Cerrado que é protegido na forma de Unidades de Conservação, veremos que o número é baixíssimo. Unidades de Conservação de Proteção Integral



compõem apenas 3,1% do bioma Cerrado. O projeto propõe que, em 5 anos, esse número chegue a 17%.

Se nós pegarmos o levantamento do Ministério do Meio Ambiente sobre as áreas prioritárias para conservação, esses 17% não chegam nem a cobrir o mapeamento do que seria prioritário em termos de conservação do Cerrado.

Então, o primeiro recado do projeto é este: o percentual de áreas protegidas de forma mais rigorosa no Cerrado tem que aumentar consideravelmente.

O outro recado é a questão do desmatamento zero, que é, na verdade, um rótulo que o projeto encontrou. Não se trata de desmatamento zero no sentido de que não se admite qualquer atividade. A lista do que pode ser feito está ligada aos conceitos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental. Ela não tem que ser a mesma lista da Lei Florestal.

Por que digo que ela não tem que ser a mesma lista e que não há conflito? Porque esses conceitos são usados na Lei Florestal para fins de supressão de APP. Na lei do Cerrado, eles podem ter outro uso.

Então, o nosso entendimento é de que não há conflito. Se a diretriz do desmatamento zero não está bem compreendida, a nossa sugestão é que se inicie uma discussão sobre como colocar isso na lei. Mas, de qualquer forma, o entendimento é de que já existe um percentual de áreas ocupadas no Cerrado que podem ser usadas de forma mais inteligente, trabalhando com recuperação ambiental.

Segundo levantamentos da própria EMBRAPA, há, no Cerrado, pelo menos 32 milhões de hectares de pasto com problemas de degradação. É preciso fazer a recuperação ambiental de todas essas áreas, bem como usá-las bem.

Então, o recado que o Ministro me pediu para passar — nós conversamos sobre como colocar aqui a proposta dele — é a defesa geral da lei no sentido de que ela tem que existir. Nós temos que debater a elaboração dessa lei, para que, concordando com os expositores anteriores, ela reflita as necessidades não só de proteção, mas também de um uso econômico consistente com as preocupações ambientais.

A ideia é de parceria com o pessoal da produção, e não de conflito. A ideia é construir um texto que reflita a preocupação de não se avançar mais sobre áreas



com vegetação nativa. Essa é lógica da proposta do desmatamento zero que está contemplada no projeto.

O projeto contempla instrumentos que foram citados, como o Zoneamento Ecológico-Econômico. Ele traz previsão expressa e normas sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Cerrado. Isso não se confunde com a avaliação ambiental estratégica, que não tem previsão legal, mas é uma ferramenta que tem técnica e é usada em vários países. Existem metodologias para se fazer essa avaliação. Inclusive, nos debates sobre a futura lei do licenciamento ambiental, tanto no Congresso quanto no Executivo, o tema da avaliação ambiental estratégica tem surgido e tem sido debatido. Então, embora ela não conste em lei, nada impede que venha a constar.

A avaliação ambiental estratégica é uma ferramenta importante de planejamento que se baseia em políticas, planos e programas governamentais. Já o Zoneamento Ecológico-Econômico é um mapeamento do território a partir de determinadas condicionantes, por meio do qual se veem as potencialidades de uso ou proteção do território.

A avaliação ambiental estratégica se faz em cima de ações governamentais, considerando a questão ambiental de forma consistente. Ela pode ser feita também com relação a empreendimentos privados. Mas, em princípio, nos debates que têm ocorrido tanto aqui no Congresso quanto no Executivo, essa avaliação está sendo direcionada fundamentalmente para programas e planos governamentais.

Além do Zoneamento Ecológico-Econômico, o projeto também prevê outras ferramentas, como o Pagamento por Serviços Ambientais e o apoio técnico ao produtor.

Com relação ao incentivo, há duas políticas importantes: a política de extrativismo sustentável do Cerrado; e a política de ecoturismo do Cerrado. Na verdade, a criação dessas políticas visa apoiar as comunidades do Cerrado, para que elas possam desenvolver atividades e ter renda, potencializando toda a riqueza de flora e fauna, a riqueza biológica do Cerrado.

O projeto cria um fundo de conservação e restauração do Cerrado, que vai nessa linha de apoio governamental. Eu vou fazer uma sugestão que não é do Ministro, mas minha: que se pense num aperfeiçoamento e que esse fundo não seja





trabalhado nos moldes tradicionais — em que pode haver contingenciamento nas fases de falta de dinheiro do Governo —, mas em algo próximo ao Fundo Amazônia, que é, na verdade, uma conta gerenciada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. Assim, há muito mais autonomia para o emprego de recursos nos diferentes projetos. Eu acho que pode ser copiado esse mesmo modelo, em vez de se criar um fundo governamental, no qual talvez não consigamos usar os recursos, que poderão ser cortados por inteiro quando houver um corte orçamentário.

Eu acho que é isso que tenho de contribuição. Eu queria ainda sugerir a realização de um seminário em novembro, para se debater não só o texto do projeto, mas também uma lei de proteção ao bioma Cerrado, com a participação de Parlamentares, da Comissão de Meio Ambiente, da Frente Ambientalista, da Frente Parlamentar da Agropecuária, do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente.

Podemos organizar um evento que não seja muito sofisticado, mas que realmente debata a cara e o conteúdo de uma lei que dê resposta a essa nossa preocupação de proteção às diversidades biológicas do Cerrado, sem entrar em conflito com o setor produtivo.

Era isso que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Suely.

Eu peço aos expositores que se manifestaram que fiquem na primeira fileira, porque vou convidar a próxima Mesa.

Convido para compor a Mesa a Sra. Elisa Romano Dezolt, Especialista em Políticas e Indústria, da Confederação Nacional da Indústria — CNI; o Sr. Carlos Eduardo Sturm, Diretor de Fomento e Inclusão Florestal, do Serviço Florestal Brasileiro — SFB; o Sr. Osvaldo Antônio Riedlinger dos Santos, Gerente de Recursos Florestais, do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul — IMASUL, representando o Governo do Estado; e o Sr. Donald Sawyer, representando a Rede Cerrado.

Registro a presença dos Deputados Ricardo Tripoli, Bilac Pinto, Celso Maldaner, Adilton Sachetti, Rodrigo Martins, Heitor Schuch, Roberto Sales, Franklin Lima, Nilson Leitão, Zé Silva, Leonardo Monteiro, Tereza Cristina, proponente desta audiência pública, e Luiz Lauro Filho, Presidente desta Comissão.



O Deputado Augusto Carvalho pede para justificar a ausência por motivo de consulta médica.

Passo a palavra à Sra. Elisa Romano Dezolt, por 10 minutos, inicialmente.

**A SRA. ELISA ROMANO DEZOLT** - Muito obrigada, Deputado.

Cumprimento todos da Mesa.

A Confederação Nacional da Indústria — CNI agradece a oportunidade de participar desta audiência e de debater mais um projeto de lei, e este, em particular, é bem importante para o nosso bioma Cerrado.

Não trouxe nenhuma apresentação. Vou falar um pouco sobre algumas impressões que temos e sobre como podemos melhorar esta proposta.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que ela traz algumas inovações com relação ao mecanismo de uso sustentável e conservação da biodiversidade; ela avança frente às leis que temos hoje, às regulamentações, às práticas antigas de comando e controle, o que é bastante meritório. Ela trata, no fim das contas, de algo fundamental: sustentabilidade, desenvolvimento sustentável.

Precisamos, no entanto, observar alguns pontos que o projeto de lei traz que precisam de um olhar mais cuidadoso. Por exemplo, algumas regras já são vigentes e podem ter algum conflito. Alguns dos mecanismos previstos no projeto podem conflitar regras já existentes, que inclusive estamos tentando aprimorar.

Alguns instrumentos previstos devem conversar com a legislação de licenciamento ambiental ou aquilo que vimos discutindo para aprimorá-la, até mesmo baixo impacto. Obviamente, o Código Florestal — acho que está claro na proposta — e a Lei das Águas, ou Política Nacional de Recursos Hídricos, não têm competência para definir coisas relacionadas ao uso sustentável da biodiversidade, como está posto. Então, alguns pontos merecem um olhar bem cuidadoso.

Um ponto muito preocupante sobre o qual temos falado bastante quando discutimos outras políticas... E, volto a dizer, quando discutimos a lei de licenciamento ambiental, a CNI já vem expressando essa posição com relação aos instrumentos de planejamento, que, como Avaliação Ambiental Estratégica e Zoneamento Ecológico Econômico, são muito bem vistos. Mas temos que ter muito cuidado, porque sua previsão demanda uma capacidade de implementação que o Estado não tem. Está muito aquém do seu alcance.



É claro, e tem o apoio da CNI, que haja zoneamentos, que haja esse tipo de planejamento. Mas temos que ter o pé no chão, porque essas mudanças têm que ter mecanismos efetivos para a implementação dos instrumentos. Então, só prever a Avaliação Ambiental Estratégica, em particular, que é detalhada neste projeto de lei, ou tentar levá-la a cabo sem prever ou sem preparar o Estado pode comprometer muitas atividades e até o planejamento para conservação e uso sustentável.

As mudanças no quadro de autorizações das atividades produtivas que são condicionadas à implementação desses planejamentos têm que estar muito mais sedimentadas para, de fato, serem efetivas.

Alguns outros pontos nos preocupam, mas são um pouco mais de detalhes, como o estabelecimento de algumas metas. O Desmatamento Zero é uma que tem que conversar com o Código Florestal. Não é que não queiramos essa meta, mas temos que ver como se alinham. Algumas definições, como interesse social e utilidade pública, também têm que conversar com o Código Florestal. As metas de conservação do bioma, os 17% para áreas terrestres e águas continentais, têm que conversar com as metas de biodiversidade, outros instrumentos de conservação que o Governo brasileiro já assumiu e com os quais se compromete. Temos trabalhado também para apoiar isso.

Enfim, esses são alguns pontos. Existem outros. Antes de avançarmos neste projeto de lei, precisamos discutir mais esses mecanismos, esses instrumentos. De novo, resalto: alguns mecanismos propostos aqui são inovadores, e é interessante que trabalhem, como o próprio incentivo para pagamento por serviços ambientais, mas também temos que ter em mente que a degradação do Cerrado não vai se resolver ou parar só com essa norma. Existem muitos outros regramentos que temos que colocar em prática para poder contornar.

Em linhas bem gerais, acho que a mensagem que a CNI deixa é que precisamos conversar mais antes de estabelecermos uma política de maior restrição ou mesmo de conservação. É preciso conversar mais, estabelecer prazos maiores para discutir principalmente isso.

Volto a insistir na questão dos instrumentos de planejamento previstos e outros para conversar com as outras legislações, os outros regramentos vigentes e aqueles que estão em discussão.



Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Elisa Dezolt.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Sturm, Diretor de Fomento e Inclusão do Serviço Florestal Brasileiro — SFB.

**O SR. CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM** - Obrigado, Deputado.

É uma alegria ver este plenário cheio quando vamos tratar do Cerrado. Não há que se discutir o mérito deste projeto de lei do então Deputado Sarney Filho, hoje Ministro do Meio Ambiente, para estabelecer a avaliação ambiental, fazer a aplicação de corredores ecológicos e auxiliar a promoção desse bioma.

Outra questão que consideramos muito importante, que o projeto traz também, é a implantação de uma política de extrativismo sustentável para o Cerrado, algo em que o Serviço Florestal Brasileiro já vem trabalhando há algum tempo. Ontem mesmo, tivemos a alegria de contar com alguns servidores que voltavam de um trabalho de campo de fiscalização de um dos nossos contratos de apoio à assistência técnica para a exploração sustentável do Cerrado, que trouxeram uma série de produtos das comunidades da região, como o baru. Ontem, provei castanha de pequi e doce de buriti.

Após nosso contrato de levar assistência técnica aos produtores do Cerrado, esses produtores começam a trabalhar com os recursos sustentáveis, com os recursos naturais, promovendo renda para as comunidades. Então, este projeto, que trata da política de extrativismo sustentável para o Cerrado, é fundamental, não há o que se discutir.

Outra questão fundamental é a política de ecoturismo para a região, que traz o Cerrado, com belezas inigualáveis, para o País. Quem conhece sabe do que estou falando. O projeto traz o apoio a esse tipo de política. Então, nós do Serviço Florestal Brasileiro, que defendemos o uso sustentável como forma de renda para aquelas populações, apoiamos o projeto integralmente. Não há o que se falar com relação ao mérito dele.

Existe algo que também está sob a gestão do Serviço Florestal Brasileiro e que pode trazer elementos muito importantes para a formulação e o apoio a este conjunto de políticas do projeto de lei: o processo de regulação ambiental de imóveis rurais. Com o processo de regularização ambiental de imóveis rurais, que se inicia



com o Cadastro Ambiental Rural — CAR, nós verificamos que o produtor rural sério quer se regularizar, veio para o jogo. São quase 4 milhões de propriedades no Cadastro Ambiental Rural em todo o País, para vocês terem alguns números.

Infelizmente, ainda não dispomos, dentro do sistema, de algo que possa mapear a concentração e o cadastramento dos imóveis rurais por bioma. Mas, se considerarmos os Estados que compõem o bioma Cerrado, a partir do último boletim publicado pelo Serviço Florestal Brasileiro, temos mais de 213 milhões de hectares em propriedades rurais, mais de 1,78 milhões de propriedade rurais — é isso mesmo! — cadastradas no CAR.

Os dados de maio deste ano estão disponíveis na página do Serviço Florestal Brasileiro. Nós fizemos o mapeamento e algumas análises em cima do que foi cadastrado, áreas declaradas, imóveis declarados pelos proprietários rurais. Para terem ideia, 63% dos proprietários rurais de Goiás, voluntariamente, decidem aderir ao Programa de Regularização Ambiental — PRA. Ou seja: *“devo, não nego; quero recuperar, quero me regularizar”*.

A partir desse mapeamento, temos no Cadastro Ambiental Rural os remanescentes de vegetação nativa das áreas consolidadas — que é o novo conceito que o Código Florestal traz —, das áreas de preservação permanente, nas suas mais diversas formas, seja nos topos de morros, seja nas áreas das margens dos rios. Com todo esse mapeamento que o CAR está propiciando ao País, entendemos que temos um instrumento que vai auxiliar, e muito, a gestão ambiental e a implementação desse tipo de política pública, como um plano de apoio ao extrativismo ou outro que trate da valorização desses ativos ambientais que estão identificados pelo Cadastro Ambiental Rural.

Eu vejo muito esta preocupação: *“Ah, o cadastro pode também estar mapeando esses ativos ambientais, e o excedente dessa reserva legal pode estar sendo direcionado para a supressão de vegetação”*. Muito pelo contrário. O que nós enxergamos é que legislações como esta trazem o fortalecimento das áreas de florestas que já estão de pé e que precisam ser conservadas.

O cadastro vem trazer isto, vem demonstrar ao produtor que sim: *“Você tem excedente de vegetação nativa em sua reserva legal ou você tem a sua reserva legal quase completa, com remanescente de vegetação nativa? Vamos manejar*



*essa vegetação nativa, vamos aproveitar os recursos naturais dessa vegetação nativa, vamos transformar isso em renda.*” Vamos tirar da mentalidade do produtor que a vegetação nativa, que é a mata, ou o mato — no linguajar do nosso produtor rural — é uma desgraça, é algo a que o produtor rural não dá valor.

Muito pelo contrário, nós temos que provar para ele que esse remanescente de vegetação nativa que está sendo mapeado pelo CAR tem sim valor e que existem políticas públicas que podem defender a geração de renda com esse remanescente de vegetação.

O cadastro pode trazer muito além, porque vai mapear onde está localizado esse passivo ambiental. Ele vai demonstrar, com informações geográficas, onde existe passivo de reserva legal, onde existe passivo de área de preservação permanente, para, a partir daí, iniciar o processo de recuperação dessas áreas. É muito mais do que somente plantar árvores. E é nisso que o Serviço Florestal Brasileiro já começou a trabalhar há algum tempo, com o apoio da cooperação internacional, seja via FIP — Programa de Investimento Florestal, Banco Mundial, seja via KFW, um banco de desenvolvimento, seja via Ministério da Agricultura do Reino Unido, com o DEFRA — Departamento de Agricultura do Reino Unido.

O que já estamos trabalhando é exatamente a estruturação dessa cadeia da recuperação. Isso não significa só plantar árvores, só fazer licitação e sair plantando árvores por aí. Nosso trabalho visa muito mais do que isso, visa estruturar essa cadeia da recuperação e ampliar a cobertura de vegetação. E estruturar como? Trazendo assistência técnica para a capacitação.

Nós precisamos capacitar uma assistência técnica que possa efetivamente promover essa recuperação no campo, promover a formação de redes de produtores de sementes florestais — a base de toda essa recuperação —, que estão intimamente ligadas ao conhecimento tradicional das nossas comunidades. Então, é preciso estruturar a parte da assistência técnica, estruturar as diversas metodologias de recuperação. Como eu disse, não é só licitar e contratar uma empresa, que vai chegar à área do produtor e sair plantando árvore. O produtor não participa daquilo. Quando, às vezes, se implementa um viveiro dentro da área desses produtores, se o produtor não está, aquele viveiro vai virar galinheiro.



Então, nós devemos efetivamente estruturar essa cadeia da recuperação para ampliar a cobertura florestal. E esses dados começam a ser direcionados a partir do Cadastro Ambiental Rural.

O Serviço Florestal Brasileiro se coloca totalmente à disposição para essa discussão, mas nesta forma de promover o uso sustentável das nossas florestas, a estruturação da cadeia produtiva, para gerar renda para esses produtores de forma a que possam dar valor àquele remanescente de vegetação que está ali em pé.

Outra questão que o cadastro traz no novo Código Florestal é a compensação de área de reserva legal, as cotas de reserva ambiental, para o produtor valorar aquela área de excedente de vegetação nativa e fornecê-la a um vizinho que tem déficit, e, com isso, receber recursos e agregar a essa cota elementos que possam trabalhar outras questões que não só a compensação de passivo, como também o pagamento de serviços ambientais.

Enfim, há uma série de ações que o País tem condições de começar efetivamente a consolidar, porque nós temos quase 400 milhões de hectares mapeados dentro do Cadastro Ambiental Rural, e grande parte desse mapeamento está dentro do bioma Cerrado.

Entendemos que não há que se considerar se há mérito ou não na proposta. Ela traz muito claramente algo que defendemos: o uso sustentável de florestas, a geração de renda com os produtos florestais, o apoio às populações tradicionais, os mapeamentos, os zoneamentos.

Estamos à disposição para esta discussão com dados concretos e pé no chão, que é disso que precisamos para fazer a coisa acontecer e para o produtor rural ter certeza de que esse remanescente de vegetação tem sim muito valor.

Agradeço a oportunidade de mais uma vez estar presente aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Carlos Eduardo.

Registro a presença do Sr. André Lima, Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal.

Passo a palavra ao Sr. Osvaldo Antônio Riedlinger dos Santos, Gerente de Recursos Florestais do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul — IMASUL, representando o Governo do Estado.



**O SR. OSVALDO ANTÔNIO RIEDLINGER DOS SANTOS** - Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer, na pessoa da Deputada Tereza Cristina, nossa participação para contribuir com o projeto de lei.

Primeiramente vamos falar sobre a lei florestal, a lei da Mata Atlântica e a lei das áreas de uso restrito, que o Código Florestal determinou ao Mato Grosso do Sul por causa do Pantanal. Já temos decreto balizando tudo isso.

A ferramenta importante para todos os órgãos ambientais é o SICAR — Sistema de Cadastro Ambiental Rural e o CAR-MS — Cadastro Ambiental Rural, o nosso produto, junto com o termo de cooperação e o SICAR Nacional.

O CAR-MS é a ferramenta mais importante para os órgãos ambientais, porque traça o diagnóstico do que realmente há de reserva legal no Estado, de APP conservada, de área a ser recuperada e de área remanescente, além das duas a que me referi. Esse remanescente, como disse Carlos Eduardo, não é para o produtor desmatar, e sim para valorar como parte de título de cotas ambientais.

No Estado já temos pronta a parte de inscrição, que é um sistema próprio, o módulo de análise, o Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Alterada — PRADA, que estamos implantando, e o título de cota, que é a fase final do SICAR. A procura pelo título de cota é muito grande. O produtor que preservou sua área está interessado em fazer negócio com aquele que não tem essa área. É uma forma de fazer o pagamento do serviço ambiental. Está nos deixando muito alegres no setor ambiental essa maneira de preservar a área com título de cota.

O fortalecimento do CAR é a ferramenta mais apropriada para dar subsídio para o projeto de lei do Cerrado.

Uma equipe da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural — AGRAER, nosso órgão de extensão, e funcionários do IMASUL estão trabalhando na parte de recuperação. A partir desse diagnóstico, quando chegar a fase de inscrição, como disse Felipe, eu vou saber o que tenho de passivo e de ativo para os títulos de cotas. Agora, como vou recuperar? Não basta só plantar, como Carlos Eduardo acabou de dizer.

Nós vimos desenvolvendo parcerias com o setor privado, o setor de florestas, de cana e da agropecuária, juntamente com FAMASUL — Federação da Agricultura





e Pecuária de Mato Grosso do Sul e SENAR — Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Os termos de cooperação estão sendo feitos dessa maneira porque vamos fazer o primeiro monitoramento dessas áreas detectadas no CAR daqui a 3 anos. Nesse tempo, em parceria com o setor privado, vamos desenvolver metodologias de recuperação juntamente com EMBRAPA e universidades federais e estaduais.

Acho que esse é o caminho. Essa é a minha opinião, com base no que estamos vivenciando com o CAR-MS, que é a ferramenta ideal para subsidiar mais esta discussão do projeto de lei, porque vai nos orientar como e que áreas recuperar. Nós vamos incorporar os corredores ecológicos, fortalecê-los, para saber que áreas têm que se expandir e que áreas têm que se recuperar em torno das unidades de conservação e nas zonas de amortecimento. Inclusive, quando se fala em pagamento, a parte de títulos de cotas ambientais no Estado está servindo para regulamentar os parques federais, estaduais e municipais. A procura para compensar essas áreas também está sendo grande.

O Estado está vivendo uma grande alegria com esse instrumento do CAR. No começo, o produtor ficou meio receoso, mas, depois de várias intervenções do Instituto, juntamente com SENAR e sindicatos rurais do Estado, vimos aumentar a adesão do produtor. Hoje, área abaixo de 4 módulos, 30 mil inscrições estão sendo realizadas por uma empresa contratada. Nós temos mais 30 mil inscrições num universo de 80 mil propriedades.

Acredito que, antes de 2017, prazo final das inscrições, esse trabalho de convencimento do produtor e outras ações de conservação e preservação serão realizados com este instrumento, o CAR.

Eu gostaria de agradecer ao sistema florestal o apoio que tem dado aos Estados, principalmente ao nosso, que tem essa parceria com ele. Esse apoio que está sendo dado para a implementação dessa ferramenta é muito importante.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Osvaldo Riedlinger.

Passo a palavra ao Sr. Donald Sawyer, representante da Rede Cerrado, por 10 minutos, inicialmente.

**O SR. DONALD SAWYER** - Obrigado, Deputado.



Boa tarde a todas e a todos.

Agradeço a oportunidade de comentar, em nome da Rede Cerrado, o Projeto de Lei nº 25, de 2015, do então Deputado Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente, e o contexto mais amplo em que se insere.

Está na hora de o Brasil reagir aos perigos que corremos devido ao que está acontecendo no Cerrado e, por causa disso, em todo o País. Eu não me refiro a algo que poderá ou não acontecer num futuro distante, mas a fatos concretos que já estão acontecendo e que parecem ser o início do fim. Vou explicar.

Primeiro, o Instituto Sociedade População e Natureza, organização da sociedade civil a que pertenço, aqui em Brasília, desempenha funções na coordenação da Rede Cerrado, fundada no Fórum Global, no Rio de Janeiro, em 1992. Periodicamente, ela reúne centenas de entidades nos seus encontros e feiras nacionais dos povos do Cerrado.

A equipe do ISPN — Instituto Sociedade População e Natureza conhece essas entidades, distribuídas nos 12 Estados do bioma, em função de sua responsabilidade como gestor do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais — PPP, do GEF — Fundo Mundial para o Ambiente e do PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Estamos descobrindo como os povos do Cerrado podem conviver em harmonia com a natureza, para o bem deles e de todos.

Não é fácil salvar nossas savanas. O Cerrado é um bioma relegado e ameaçado, o primo pobre, que continua sendo discriminado e maltratado. Metade já foi destruída e o desmatamento acumulado e anual é maior do que na Amazônia. No entanto, o bioma recebeu apenas 10% dos recursos destinados à Amazônia, que é, sem dúvida, importante. Mas o Cerrado também é e, entretanto, não foi incluído no Compromisso Brasileiro assumido em Paris. Mesmo aplicando-se com rigor o Código Florestal, grande parte do Cerrado ainda pode ser destruído legalmente.

Não é só a perda da biodiversidade e da savana mais rica do mundo que nos preocupa. O Cerrado emite tanto gases de efeito estufa quanto a Amazônia ou mais. Mas, além de emissões de gases, temos que entender, isso é o principal, que as chuvas do Sudeste e do Sul do Brasil e de alguns países vizinhos dependem do Cerrado, que depende da Amazônia. A Floresta tropical Amazônica, por sua vez, o que poucos sabem, depende da umidade que vem da região conhecida como



MATOPIBA — Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, inclusive dos babaçuais do Maranhão. O Ministro sabe disso. Esse fluxo que vem do Atlântico passa por lá.

Enfim, os biomas são interdependentes. Os rios atmosféricos inter-regionais transportam a umidade do Atlântico continente adentro, passando pelos biomas em ciclos sucessivos de precipitação e evapotranspiração. Esses ciclos dependem da cobertura vegetativa da biodiversidade. O desmatamento gera escassez hídrica na metade do continente da América do Sul.

Conforme mencionei, o Cerrado já perdeu metade da sua área oficial, 1 milhão de quilômetros quadrados. As unidades de conservação ajudam, mas não resolvem o problema, mesmo se dobrada a extensão atual, o que é complicado por causa da falta de recursos e de prioridade política. A solução mais viável — é o que estou tentando transmitir como representante da Rede Cerrado — é manter paisagens produtivas sustentáveis, com seus povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares em mosaicos que mantenham as funções ecológicas da água, da biodiversidade e do clima — ABC.

Elas ocupam pelo menos três vezes mais do que a meta de 7% prevista globalmente para as áreas protegidas. São fundamentais os benefícios sociais, que aliviam a pobreza rural no Brasil Central, além de Norte e Nordeste, mantendo essa imensa riqueza sociocultural. Os povos do Cerrado são ameaçados, seja pela expulsão de suas terras, seja pela violência rural. Antes de mais nada, é preciso parar os assassinatos e os suicídios.

A situação atual mostra que estamos perto de um ponto de inflexão — *tipping point*, em inglês —, um ponto sem retorno. Está sendo desencadeado um círculo vicioso: chuvas torrenciais no verão, menos infiltração, mais escoamento superficial, mais assoreamento dos rios, menos evapotranspiração, maior seca no inverno, mais queimadas fora de controle perto da cobertura de árvores e arbustos, mais emissões, menos chuva, menos água nos rios e nos aquíferos. Tudo está inter-relacionado, interdependente.

Faltarão, portanto, água suficiente para consumo, lavoura, indústria e geração de energia elétrica muito além dos limites do bioma. Se continuar como está, serão prejudicadas as seguranças alimentar, hídrica e energética em metade da América



do Sul, as exportações, a arrecadação e a capacidade de o Estado prestar serviços e investir. Tudo isso ficará pior com o aquecimento global.

Não se trata apenas de cumprir o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, o que é importante. Esses sinais de alerta não são devidamente levados em conta. E sem água para consumo, lavoura e indústria de energia o Brasil acaba.

A manutenção das funções ecológicas do Cerrado é viável, sem prejuízo da produção agrícola e pecuária, que pode aumentar muito e deve se tornar mais sustentável no milhão de quilômetros quadrados já desmatados, principalmente aproveitando melhor as vastas pastagens degradadas de baixa produtividade, evitando novos desmatamentos. Indo além do desmatamento líquido zero na transição florestal, é possível aumentar a cobertura, não apenas zerar o desmatamento.

Nosso recado principal, então, é que são os povos, as comunidades tradicionais e os agricultores familiares, em geral, que podem manter a metade do Cerrado em pé. Seu uso sustentável pode não ser a conservação perfeita, mas é muito melhor do que novas pastagens e monoculturas para conservar a biodiversidade, como também a água e o carbono. Para tanto, é fundamental na regularização fundiária de terras e territórios, assim como no acesso a recursos naturais em terras públicas e privadas.

Seria importante o bioma Cerrado ter lei própria, como tem a Mata Atlântica, levando em conta suas características específicas. Enquanto não tivermos a PEC do Cerrado e Caatinga e a Lei do Cerrado, urge ver o que pode ser feito de imediato. Parece necessário haver mais realismo nas estratégias legislativas ambientalistas — pedir muito para ver se consegue um pouco. Urge fazer leis para valer, não apenas para aparecer e constar.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cerrado, Deputado, tem um papel importante. A consulta às chamadas partes interessadas é fundamental para abranger um leque amplo de atores, sobretudo as comunidades rurais, para as quais o Cerrado é *“o sangue que corre em nossas veias”*, como dizem.

Dessa forma, podemos fazer leis e normas específicas para resolver muitos desafios ambientais e sociais. Seria necessário, por exemplo, um fundo, como disse a Presidente do IBAMA, como já existe para a Amazônia, de preferência com mais



de 1 bilhão de dólares e liberdade para ser aplicado. Carece destravar a produção e a comercialização de produtos a partir do uso sustentável da rica biodiversidade. O licenciamento ambiental precisa ser adequado à escala e às condições da agricultura familiar, que muitas vezes custa demais.

Estou me apressando, mas tenho um texto para quem quiser, inclusive com referências.

Carece viabilizar ainda a organização da sociedade civil no interior. Essa sociedade civil também está se tornando uma espécie ameaçada de extinção por causa das exigências burocráticas inviáveis para a agricultura familiar e as comunidades rurais mais remotas.

Enquanto isso, temos a proposta de nova fronteira agrícola em MATOPIBA. O Plano de Desenvolvimento Agropecuário simplesmente excluiu o meio ambiente. É difícil acreditar! Parece que a solução social seria transformar os agricultores familiares em motoristas de colheitadeira. Não precisamos desse ataque à natureza e aos povos dos quais o País depende.

Precisamos sim de consciência, conhecimento e colaboração para conviver em harmonia com a natureza. Temos algumas sugestões nesse sentido em documentos que poderíamos passar para vocês. Enfim, vamos acordar para a realidade em que vivemos? Precisamos de um ponto de inflexão na percepção e na ação do Governo, da sociedade, do setor privado e mesmo da academia. Salvar nossas savanas é literalmente necessário para salvação da Pátria.

Tenho o texto com referências para quem quiser.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Donald Sawyer.

Temos 15 inscritos para falar e mais duas questões que chegaram pela Internet. Além disso, já começou a Ordem do Dia. Então, vou seguir a sequência. Poderíamos estipular 2 minutos para cada um. Assim, o máximo de pessoas falará.

Eduardo pergunta: *“Nossa legislação ambiental praticamente proíbe a derrubada de árvores ou abate de flora e fauna nativas. Em contrapartida, não há nenhum desincentivo ao plantio de vegetação ou criação de fauna e flora exótica.”* A palavra deve ser “incentivo”. *“Não seria mais coerente ou inteligente incentivar o cultivo e criação de plantas e animais nativos e restringir o de espécies exóticas?”*



Marcelo Cardoso pergunta: “Qual é o percentual de área cadastrada do Estado de Mato Grosso do Sul no Cadastro Ambiental Rural — CAR?”

Passo a palavra ao Sr. André Lima, Secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, que tem 2 minutos.

**O SR. ANDRÉ RODOLFO DE LIMA** - Quero cumprimentar meu amigo, Deputado Nilto Tatto, que conheço há alguns anos. Eu sei do seu compromisso com a causa socioambiental. Quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e todos os amigos pelas análises a respeito da importância do nosso Cerrado.

Quero ser breve. Primeiro, estou de acordo com aqueles que entendem ser fundamental termos lei específica para o Cerrado, por várias razões, muitas delas apresentadas aqui pela Presidente do IBAMA.

Penso que, assim como na Mata Atlântica, que tem diferentes ecossistemas e fitofisionomias que precisam ser também protegidos e recuperados — e o Código Florestal não garante essa diversidade de flora, portanto, há necessidade de lei específica —, no Cerrado ocorre da mesma forma. Portanto, acho que o projeto de lei é importante, tem que prosperar. Obviamente, é possível que sofra ajustes e aprimoramentos, e alguns foram colocados aqui.

Nós da Secretaria de Meio Ambiente estamos trabalhando avidamente, sobretudo num processo de recuperação do Cerrado. Estamos em negociação junto com o Serviço Florestal Brasileiro — SFB e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal — FNDF para investir entre 10 e 15 milhões de reais em recuperação do Cerrado. Colocamos nossos técnicos da Secretária de Meio Ambiente do Distrito Federal, do IBRAM — Instituto Brasília Ambiental e da Aliança Cerrado — acho que Poubel vai falar um pouco aqui também. São mais de 40 instituições organizadas no Distrito Federal para debater o Cerrado.

Nós nos colocamos à disposição da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa, do Relator, Deputado Augusto Carvalho, para sugerir aprimoramentos ao projeto de lei.

Quero parabenizar esta iniciativa. Contem com nosso apoio a este projeto.

Muito grato. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. André Lima.



Passo a palavra ao Sr. Pedro Ivo de Souza Batista, da Associação Alternativa Terrazul.

**O SR. PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA** - Boa tarde a todos e todas. Sou da Associação Alternativa Terrazul, que faz parte do FBOMS — Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente, que reúne mais de 400 entidades no âmbito nacional, e da Aliança Cerrado, do Distrito Federal.

Estamos aqui com vários segmentos da sociedade civil — SOS MAIS Cerrado, UnB, Rede Cerrado, ISPN — neste dia que para nós é muito importante.

Eu tinha pensado em várias coisas, mas o Sr. Donald falou o que eu tinha para falar. Só quero agora expor um pouco meu coração. O IBAMA falou muito bem tecnicamente, o Serviço Florestal Brasileiro também. Só tenho uma coisa a falar, do meu coração, voltado principalmente a esta Casa Legislativa: nós precisamos de uma lei para proteger o Cerrado.

Realmente, Caatinga e Cerrado estão desprotegidos. Mesmo com todas as legislações, isso não é suficiente. Devemos proteger o Cerrado, a savana nacional, onde há comunidades produzindo de forma sustentável. É possível fazer isso mantendo um bioma com produção de agricultura familiar, de agroecologia; é possível fazer isso mantendo nossas águas. Estamos numa crise hídrica tão séria, e que nós já sabíamos que viria. Não é possível mais esperar. Sabíamos que viria a crise hídrica. Sabemos o impacto do clima, das mudanças climáticas sobre nosso bioma; sabemos dos problemas que nossas populações estão vivendo, principalmente as comunidades tradicionais. E estamos no compasso de espera.

Então, esta iniciativa do projeto de lei é muito boa. Acho que todo mundo tem propostas de ajustes, de melhorias, mas espero que considerem a ideia de um projeto de desenvolvimento sustentável para o Cerrado, não de retrocesso. A sociedade não aguenta mais retrocesso — não aguenta mais!

E nós que vivemos no Cerrado, nós brasileiros, diante dessa fala tão impactante do Sr. Donald, que é tranquila, mas impactante, nós não podemos mais ficar no compasso de espera.

Então, queremos, sim, que este projeto de lei vá para frente, vamos fazer o que for necessário para melhorá-lo, mas não vamos retroagir e vamos defender o nosso Cerrado. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Pedro Ivo.

Convido a Deputada Tereza Cristina para assumir o lugar, ela que é a proponente desta audiência.

**(Não identificado)** - Deputado Nilto Tatto, eu vou ter que sair, porque tenho uma audiência às 5 horas no Ministério, e o Sr. Carlos vai representar o Ministério como um todo. É a sua tarefa. Tudo bem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado Nilto Tatto.

Passo a palavra ao Sr. Raul do Valle.

**O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE** - Boa tarde a todos, sou Raul do Valle, sou ambientalista e advogado e estou na Assessoria Jurídica da Secretaria do Meio Ambiente do DF.

Queria, secundando o Secretário André Lima, dizer que, na mesma linha, entendo ser altamente pertinente uma lei para o Cerrado. Acho que a discussão aqui está de fundo. A CNA colocou a sua posição de que essa lei teria que se adequar ao Código Florestal. Eu entendo que o Código Florestal é que deveria se adequar a uma lei do Cerrado. Todos aqui sabem que o Código é fundamental e importante, mas é absolutamente insuficiente para proteger o Cerrado.

Imagino que aqui todos nós temos a consciência de que, se nós simplesmente cumprirmos o Código Florestal da melhor forma possível — com bom cadastro, com boas conexões entre reservas legais, com todas as APPs protegidas —, será ótimo; querermos caminhar nesse sentido é fundamental; mas é insuficiente para garantir o Cerrado. Ou seja, se o preservarmos no limite máximo que o Código Florestal determina, 25%, 30%, se isso for fielmente cumprido e tudo o que houver de passivo for restaurado ou compensado, será uma bomba ambiental, uma bomba climática, hídrica para o Brasil, como o Sr. Donald Sawyer colocou.

Então, nós precisamos avançar, de modo que uma lei para o Cerrado é fundamental. Temos que ter uma meta. Qual é a nossa meta de conservação do Cerrado daqui para a eternidade? Acho que esse é o primeiro ponto. O projeto de lei anuncia isso ao falar do Zoneamento Ecológico-Econômico, o ZEE — acho





fundamental isso —, mas eu acho que, talvez, para avançarmos neste projeto de lei, temos que dizer como fazer. É isso que podemos avançar.

Se nós queremos ter uma meta de conservação absoluta do Cerrado, que não consista só de desmatamento zero, mas de conservação e restauração, temos que ter o “como”, e esse “como” envolve todos os atores que aqui foram falados: o grande agricultor, o pequeno agricultor, os povos indígenas, as unidades de conservação, o Estado e a sociedade.

Então, a minha questão aqui é: podemos trabalhar para aprimorar este projeto e pensar o “como”. Quais são os mecanismos? Teremos mecanismos de compensação? Teremos mecanismos de pagamento por serviço ambiental? Qual é o papel de cada um desses atores? Como cada um pode colaborar para isso? E, portanto, quais são os incentivos econômicos, quais são os mecanismos tributários que esta lei tem o poder de criar e deveria trazer, para que pudéssemos chegar a uma lei do Cerrado que fosse uma espécie de Acordo de Paris do Cerrado do Brasil, em que colocaríamos uma meta e discutiríamos as formas como chegar lá?

Essa é a sugestão.

Parabenizo o autor do projeto, a Deputada que nos chamou para esta audiência pública altamente pertinente, e espero que possamos avançar. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Muito obrigada, Dr. Raul.

Agora, eu passo a palavra ao Dr. Kolbe Soares.

**O SR. KOLBE SOARES** - Boa tarde. O meu nome é Kolbe. Eu sou engenheiro florestal, sou Analista de Conservação do WWF-Brasil e trabalho no Programa Cerrado-Pantanal.

Venho aqui destacar a importância desta lei, parabenizar o Deputado Zequinha pela proposição da lei, assim como a nossa colega do IBAMA, que brilhantemente fez a abordagem dos propósitos da lei, explicando-a melhor.

Destacaria um pouco o que o Donald falou: as ameaças do Cerrado hoje, um bioma que desmatam mais, quase o dobro dos índices que são apresentados para a Amazônia. Enquanto os recursos e os olhos do mundo estão voltados para a Amazônia, para esse bioma — não que ele não seja importante —, infelizmente, o Cerrado está desprestigiado, e a proposta de lei vem dar um pouco mais de resguardo, principalmente à questão dos povos e das comunidades tradicionais, ao



fortalecer o extrativismo. Essa é uma estratégia importante para manter o Cerrado em pé.

Outra estratégia, dentro da lei, é criar um fundo para investir em ações no Cerrado. Isso é muito importante, principalmente no que se refere à questão dos recursos hídricos. Aqui, no DF, recentemente nós passamos por uma crise hídrica. Então, esse problema já está batendo à nossa porta também.

Portanto, não resta dúvida a importância da aprovação desta lei, paralelamente à necessidade de aprovação da PEC do Cerrado e da Caatinga, instrumentos que vêm fortalecer e dar maior segurança a este bioma.

Quero concluir falando um pouco ao representante da CNA, que disse, ao final, que está aberto a parcerias para construir coisas positivas para o Cerrado. Infelizmente, na prática, nós vemos que isso não se viabiliza. Estamos com uma proposta de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, uma unidade de conservação estratégica, importante para o Cerrado, cujas regras, infelizmente, já foram todas aprovadas pelos governos. Existe uma resistência, por parte do sindicato rural, que não deixa que a unidade venha a ser ampliada. Ao mesmo tempo, na prática, vemos uma área de conflito, que é o MATOPIBA, onde os ruralistas estão desmatando em índices alarmantes, assustadores, expulsando os povos e as comunidades tradicionais.

Então, questionamos essa parceria, porque, na prática, eles se utilizam de outros meios para danificar e prejudicar o Cerrado. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Sr. Kolbe Soares.

Agora chamo para a sua fala o Sr. Marcos Rogério Cruz.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO CRUZ** - Boa tarde. Eu sou Marcos Cruz, da Associação de Guias e Condutores de Turismo da Chapada dos Veadeiros.

Nós viemos pedir urgência na tramitação desse PL do Cerrado, tendo em vista que a nossa região tem o turismo sustentável como vocação e também o fato de que o nosso Cerrado é caixa d'água do nosso continente sul-americano, pois produz águas para a Bacia do Prata, que abastece o Uruguai e a Argentina, e, em



razão do mau uso desses recursos, o Brasil pode sofrer sérias sanções internacionais e ser questionado internacionalmente no Tribunal de Haia.

Então, pela importância do Brasil e como ele ratificou o Acordo de Paris, solicitamos que realmente o Governo brasileiro ajude e peça urgência a esta Casa em relação à tramitação desse PL do Cerrado, assim como quanto à PEC que reconhece constitucionalmente o Cerrado e a Caatinga como biomas nacionais. A nossa Carta Magna vai fazer 30 anos, e nós ainda, até agora, temos essa dificuldade, essa miopia, essa falta de vontade política de aprovar essa PEC, para que o Cerrado também vire, assim como a Mata Atlântica e a Amazônia, um bioma constitucional.

Então, eu agradeço à Deputada por ter proposto o evento e parabeno também o Deputado Sarney pela apresentação do PL. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Obrigado, Marcos Cruz.

Agora, eu chamo o Sr. Carlos Salgado.

**O SR. CARLOS SALGADO** - Boa tarde a todos.

Eu estou aqui em nome da Pouso Alto Agroecologia, que trabalha junto ao território da Chapada dos Veadeiros.

O que nós temos visto lá é algo que emociona muito por causa da clareza a respeito de como as mudanças climáticas podem realmente alterar tudo o que nós estamos pensando.

Este ano, nós vimos um fogo de uma intensidade muito grande, porque ventos coincidiram com baixa umidade, e, talvez, até as plantas estivessem um pouco mais secas. A vegetação queimou com uma força tão grande que é inimaginável.

O que é mudança climática? Eu acho que sei — eu acho, não é? Nós precisamos estudar mais, precisamos saber mais. Nós achamos que sabemos de tudo já, e não sabemos de praticamente nada. Estudou-se muito pouco, ainda, o que está acontecendo.

Temos propostas maravilhosas, temos despertares. Nós vemos, dentro do Governo, da sociedade civil, do Congresso, que há esse conhecimento. Todo o mundo está sabendo o que está acontecendo, e há pessoas ainda agindo de forma



isolada, sem se ligarem e sentarem juntas por um problema que afeta todos, o agronegócio, etc.

As pessoas ficam se intitulando. Todo mundo é cidadão do planeta, e ele está ofegante, está numa situação que exige que nos unamos. Todo o mundo precisa ajudar, e ninguém está fazendo isso. Os poucos que estão ajudando trabalham de forma isolada. Então, é muito importante, eu acho, todos fazerem as pazes com o Cerrado e terem paz, mesmo, terem esse sentimento, deixarem ele aparecer, porque esse é um sentimento de humanidade para com o Cerrado. É muito importante isso.

Eu espero que nós consigamos nos unir a tempo de fazer alguma coisa pelo Cerrado.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Eu queria chamar o Sr. Rafael Poubel, do Centro de Excelência do Cerrado — Cerratenses, CMMF, para fazer uso da palavra.

**O SR. RAFAEL** - Boa tarde.

Parabenizo a Deputada Tereza Cristina pela iniciativa e o Deputado Sarney Filho, pelo projeto.

Penso que haja consenso acerca da necessidade desse projeto. Acho que ninguém aqui é contra ele. A CNA e a CNI, agricultura e indústria, questionam a questão de como ele se apresenta, mas a necessidade dele é consensual. Então, precisamos avançar nele.

O que me parece que falta — e aí na fala do Donald Sawyer isso se apresenta — é uma maior participação da sociedade civil, dos povos tradicionais.

O Sr. Carlos Eduardo, do Serviço Florestal, aponta a necessidade do agroextrativismo e do uso sustentável de produtos do Cerrado como algo fundamental no processo também de uso econômico e sustentável, no cerrado. Ou seja, é um projeto para se avançar, e não retroagir, como também Pedro Ivo mencionou.

Eu vou abordar um pouco aqui também, com o coração, o que ouvi certa vez de uma representante dos povos tradicionais do Cerrado, quando foi anunciada a questão, que inclusive Donald Sawyer apresentou aqui, de que 10% dos recursos



foram para o Cerrado, enquanto a Amazônia recebe muito mais. Se a Amazônia é considerada o nosso pulmão, o Cerrado é o nosso coração, é de onde vêm as nossas águas. É muito importante que isso seja considerado. O avanço de um projeto como esse é um processo inevitável para que o Brasil tenha sustentabilidade.

Quero dizer que estamos à disposição. O Centro de Excelência do Cerrado — Cerratenses, que fica no Jardim Botânico de Brasília, e a Aliança Cerrado, a qual estamos coordenando e já conta com 56 instituições parceiras, vão, com certeza, trabalhar com esse projeto de lei, para que ele seja melhorado e nós tenhamos mais sustentabilidade no Cerrado.

Agradeço. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Muito obrigada.

Há ainda duas pessoas inscritas para falar, e eu gostaria de pedir que fossem muito breves, porque nós temos que encerrar esta audiência, a fim de ir para a votação.

Vou passar a palavra para Ivan Anjo Diniz e depois para a Yohanna. Aí terminam as perguntas. Depois falará ainda o Deputado Nilto Tatto.

Tem a palavra o Sr. Ivan.

**O SR. IVAN ANJO DINIZ** - Muito boa tarde.

Manifesto minha gratidão pela abertura do espaço, em primeiro lugar.

Como tantas defesas técnicas já se fizeram presentes, quem sou eu aqui para defender tecnicamente a importância desta Lei, a importância de este projeto ser aprovado? Pessoas muito mais capacitadas do que eu já o fizeram e, assim como outros um pouco antes de mim falaram com o coração, eu quero também falar com o coração.

Eu vim da Chapada dos Veadeiros especificamente para participar desta reunião, especificamente para acompanhar de perto o que está sendo feito aqui em Brasília para defender o nosso Cerrado lá, porque quem vive lá, no pequeno bolsão que sobrou do Cerrado brasileiro, tem mais condições de observar o tamanho da devastação que se tem processado dia após dia e que se configura inclusive na dominação do Conselho Consultivo da APA do Pouso Alto por aqueles que querem



cada vez mais destruir o Cerrado brasileiro, independentemente do que seja legal ou do que seja minimamente ético fazer com o que sobrou do Cerrado brasileiro.

Eu venho aqui pedir que este projeto não seja engavetado. Este projeto pode ser melhorado? Pode. Mas a gente precisa efetivamente, assim como já se falou aqui, de uma lei que defenda o Cerrado brasileiro; de políticas que apliquem as condições necessárias para a produção agrícola familiar, para que a agricultura familiar seja desenvolvida por lá.

Vou terminar com uma pequena poesia escrita por mim, que diz assim:

*Eu vivo em Alto Paraíso de Goiás!*

*Onde os pombos são tucanos*

*E as araras são nossos pardais*

*Onde os macacos te acordam na cama*

*E estou cercado de gente que se ama*

*Onde os céus têm cores psicodélicas*

*E convivem juntas as espiritualidades daimísticas ou evangélicas*

*Onde buscamos um novo caminho*

*Que seja o do meio, o da paz, o do carinho*

*Onde são bem-vindos os puros de coração;*

*Os cheios de boa vontade*

*Os novos e amados irmãos*

*Onde trabalhamos, acreditamos e queremos produzir*

*Arte, cultura, aventura, fazer sorrir*

*Porque o amor que vem de lá tem a pureza do cristal*

*Tem a alegria da vida e um sabor sensacional*

*Textura única, como a mangaba ou o cajá*

*É tempo de recomeço, é tempo de despertar!*



*Nem tudo está certo, mas nem tudo está errado*

*E o que mais me encanta*

*É que a nossa luz tem o brilho do cerrado! (Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Yohanna.

**A SRA. YOHANNA** - Boa tarde. Sou Yohanna, Gestora Ambiental, da Fundação Mais Cerrado.

Quero fazer uma pergunta e uma consideração.

A pergunta é a seguinte. Em todo seminário a que vou, em toda audiência pública ou evento que fala do Cerrado, é perguntado: quando esses dados do Ministério do Meio Ambiente vão ser atualizados em termos da porcentagem do Cerrado que ainda existe em pé? Nós todos sabemos que é bem menos de 50%, e acho que foi em 2009, ou seja, 7 anos atrás, que esses dados foram levantados. Então, a população precisa saber qual é a real severidade da devastação que o Cerrado está sofrendo.

Com todo o respeito aos profissionais que estão aqui, eu também observei uma pessoa dizendo: *“Vamos fazer um seminário para falar sobre essa lei. Vamos conversar mais sobre essa lei”*, e já são 20 anos desde a primeira proposta de lei do Cerrado. Todos nós, incluindo vocês — não só os ambientalistas, os pobres, os invisíveis —, vão sofrer com a falta de água. A gente não está falando só de arvorezinha, de florzinha bonitinha, não; a gente está falando de sobrevivência, de cuidar do local onde a gente mora, porque senão a nossa espécie vai ser extinta.

Obrigada. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada Yohanna.

Passo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Quero cumprimentá-la, Deputada Tereza Cristina, pela proposição, cumprimentar os colegas Parlamentares aqui e cumprimentar, de forma especial, toda a sociedade civil organizada e o movimento em defesa do Cerrado.

São Paulo também tem uma porção grande do seu território composta de Cerrado.



Eu acho que muitos aqui já apontaram as qualidades e a riqueza que existem no Cerrado. Eu, de fato, conheço há pouco tempo o Cerrado, mas já o conheço o suficiente para saber o quanto é significativa a riqueza cultural do Cerrado. E, quando eu falo da riqueza cultural, é porque ela está associada aos povos que estão lá e a forma como esses povos se relacionam com o Cerrado.

Se a gente fosse tentar lembrar expressões culturais ou manifestações culturais no Brasil, a todo o momento a gente se lembraria de coisas que ocorrem no Cerrado de forma diferente, dessa diversidade que está relacionada com esse ambiente, que a gente já não tem mais lá em São Paulo, praticamente. O Cerrado, em São Paulo, no que restou de cultura, é aquele evento lá em Barretos, para se ter uma ideia, para ver como empobreceu, no Estado de São Paulo, aquilo que restou do Cerrado.

É para isso que eu quero chamar a atenção. Se a gente tem uma estratégia, como foi observado aqui pelo Donald e que o próprio movimento do Cerrado todo e a sociedade civil que se expressaram aqui colocam, que a perspectiva de desenvolvimento do Cerrado não tem que ser no sentido de achar que o Cerrado vai ser o provedor da alimentação do mundo ou resolver o problema da balança comercial, porque isso não tem fim, e não tem fim porque isso não gera riqueza — a riqueza que gera é concentrada e vai pelo caminho do que aconteceu no Cerrado em São Paulo: gerou riqueza concentrada, expulsou a população do Cerrado de São Paulo, empobreceu essa população, que foi para as favelas das grandes cidades, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo.

O que a gente vê nos outros Estados que têm Cerrado, de repente, é que têm como espelho o mesmo modelo de desenvolvimento foi adotado em São Paulo e, portanto, não vão numa estratégia de aproveitar melhor a sociobiodiversidade que a gente tem no Cerrado.

Os números que foram apresentados fazem parecer que desde 1997 o Cerrado está trabalhando com a mesma área agricultável, o que demonstra que ou não se têm dados, não se atualizam os dados, ou se está trabalhando para transformar essa informação em verdade, porquanto a gente sabe que hoje o Cerrado é o bioma mais ameaçado e que ele caminha rapidamente para se tornar a nova Mata Atlântica — todo mundo sabe.





Portanto, acho que há a necessidade urgente de se ter a atualização dessas informações e uma necessidade urgente de a gente aprofundar essa discussão.

Deputada Tereza Cristina, a Suely chegou a fazer aqui uma proposta. Acho que a gente poderia depois conversar na Comissão para fazer um seminário para tentar aprofundar mais, com um tempo maior, em relação a esse projeto. Acho que se faz necessário a gente trabalhar mais e ter mais tempo para discutir o projeto, com um conjunto de informações mais bem analisadas, apuradas por parte do próprio Ministério do Meio Ambiente.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado Nilto Tatto.

Passo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sra. Presidente, Srs. Deputados, convidados, há muito tempo a gente vem discutindo esta questão do Cerrado. Esse foi um tema de discussão muito forte quando tratamos do Código Florestal Brasileiro, que determina a preservação de 35% do território do Cerrado. De 200 milhões de hectares, que é mais ou menos o território do Cerrado, nós teríamos em torno de 70 milhões de hectares a serem preservados pelo Código Florestal Brasileiro. Com mais 11% que nós temos de área de proteção integral e área de uso sustentável, nós temos cerca de 46% já preservados.

Além disso, eu gostaria de registrar nesta audiência pública alguns dados importantes, para que as pessoas olhem o Cerrado como uma questão ambiental, sim, mas também como um fator primordial para a produção de alimentos no Brasil, que não pode abrir mão dessas áreas para a produção de alimentos para a nossa alimentação, para exportação, para assegurar balança, para assegurar a economia, da qual fazem parte a agricultura e o agronegócio.

O Cerrado brasileiro é o maior da América do Sul, com cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, correspondendo a 22% do Brasil, abriga 15% da população nacional e abrange aquíferos que passam por dois terços do território nacional. Esses aquíferos estão majoritariamente no Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Minas Gerais e são responsáveis por cerca de 50% da geração de energia elétrica. Quer dizer, nós temos energia no Cerrado.



Segundo um pesquisador da EMBRAPA, as agorregiões rurais são mais limpas, mesmo com interação com produtos fitossanitários. O bioma em questão tem potencial para irrigar cerca de 10 milhões de hectares, sendo que atualmente é irrigado apenas 1,5 milhão.

É grande a importância do Cerrado por conta da distribuição de chuvas, da boa pluviosidade, de terrenos praticamente planos, favoráveis à mecanização. Graças a esses fatores, o Cerrado tem contribuído, hoje, como um local onde boa parte da agricultura e da pecuária nacional está se desenvolvendo, com destaque para os grãos. Devido a eles, o Cerrado tem sido chamado de celeiro do mundo por algumas empresas.

O fato de o Cerrado ser percebido como grande potencial agrícola do Brasil está mudando a paisagem. O desenvolvimento econômico tem uma matriz baseada principalmente no recurso financeiro, mas temos que perceber como a ciência pode ajudar na economia verde. Outros devem entender como se agrupa e se associa o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Nesse aspecto, o Brasil pode ocupar posição de destaque por ainda ter muita área preservada.

Com pouco mais de 30 anos de ocupação agrícola, o Cerrado já conta com 50 milhões de hectares de pastagens cultivadas, 13,5 milhões de hectares de culturas anuais e 2 milhões de hectares de culturas perenes e florestais.

Apenas para citar alguma evidência de sua importância agrícola e econômica, na safra brasileira de 2013-2014, os preços (*ininteligível*) da produção nacional gerada em áreas do Cerrado referentes às culturas de soja, algodão, milho, arroz e feijão foram 58%, 76%, 27%, 18% e 17%, respectivamente.

A região ainda responde por 41% dos 163 milhões — hoje, 200 milhões — de bovinos no rebanho brasileiro, sendo responsável por 55% da produção nacional de carne.

A expansão agrícola do Cerrado continua. Culturas como a do girassol, da cevada, do trigo, da seringueira, dos hortifrutigranjeiros bem como a prática da avicultura desenvolvem (*ininteligível*) na região. O Cerrado é responsável por cerca de 60% da produção de grãos no Brasil, segundo a EMBRAPA Cerrados — 60%.

A região encontra fortes entraves logísticos, sendo que 40% do valor bruto da produção de soja (*ininteligível*) na região de Mato Grosso com transporte aos portos.



Abrigando 40% de toda a produção agrícola brasileira, o Cerrado é responsável por quase 10% do PIB.

Segundo dados da CNA, 50% da vegetação original do Cerrado segue preservada, o que se deve aos avanços tecnológicos relacionados às carências produtivas dos agrossilvopastoris. A Europa, em contrapartida, preserva somente 0,5% das suas florestas originais.

O Brasil ainda apresenta a legislação ambiental mais severa do mundo, e o desmatamento segue estabilizado.

As reservas indígenas ocupam cerca de 40 mil hectares do Cerrado, porque 13% do território brasileiro hoje são terras indígenas. A projeção da FUNAI seria de 25% do território brasileiro, o que daria em torno de 160 milhões de hectares.

Os parques e as reservas biológicas ocupam aproximadamente 17,5 milhões de hectares, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Aqui, então, há os números e os dados de bioma por bioma.

Nesse sentido, Sra. Presidente, eu quero dizer que nós, quando fizemos o Código Florestal brasileiro, fizemos a tratativa e o tratamento diferenciado de cada bioma. Por exemplo, o Amazonas teria 80% de áreas de preservação — reserva legal mais APP, e o Cerrado, 35% — quando for mata, então, 80% na zona de transição.

O Brasil, hoje, segundo levantamento do próprio Ministério do Meio Ambiente, tem 61% do seu território de florestas. Esses são dados do Ministério do Meio Ambiente. *(Risos.)*

Quem está rindo, é bom estudar, ou verificar, porque, realmente, esses dados são do Ministério do Meio Ambiente.

Em Santa Catarina, onde se criou a Mata Atlântica, 65% são florestas nativas, primárias ou secundárias.

Esses dados que nós estamos colocando aqui são oficiais. Eu tenho responsabilidade, como Deputado, de colocar a verdade. Eu quero o respeito dessas pessoas que não têm voto e vêm aqui falar bobagem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Eu peço para as pessoas ficarem quietas enquanto o Deputado fala. Senão eu vou encerrar a participação.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Exatamente.



Então, há, sim, que se estudar essa questão e preservar as nossas águas, as nossas nascentes, as nossas florestas, mas o Brasil precisa produzir, precisa plantar e precisa alimentar 200 milhões de brasileiros.

Muita gente critica e briga, mas, quando vai a um almoço, quer um bife deste tamanho no prato. E isso vem de onde? Vem de áreas sem mata, porque ninguém produz nada embaixo da mata. Ou se plantam grãos, ou se trabalha com pecuária. Então, nós temos que dosar as coisas. O Brasil é o país que tem a maior reserva florestal, com exceção da Rússia. A Europa tem 0,5% de mata e cobra de nós. Quem sabe o pessoal cobra de lá?

O Código Florestal brasileiro, a Lei nº 12.651, diz que o Brasil não pode comprar de país algum que não respeite a nossa lei ambiental. Isso não é respeitar. Ninguém cobra produto que vem da China, da Europa e de outros países que não respeitam a nossa legislação. Por que não brigam com eles? São principalmente as ONGs internacionais que brigam com o Brasil, colocando defeitos na nossa legislação. Mas lá fora é muito pior. A China, por exemplo, não preserva o seu meio ambiente. A Europa tem 0,5% de florestas. Quem conhece a Europa — muitos de nós já fomos para lá — sabe disso.

Então, Sra. Presidente, nós temos que cuidar, sim, do nosso meio ambiente, mas na prática, não no discurso, não na ideologia. É isto o que eu vim dizer aqui.

Quando nós criarmos este bioma, muita coisa vai restringir a atividade econômica, ambiental, energética e de infraestrutura. Então nós temos que ter muito cuidado com isso, porque, realmente, não é só criar um bioma; são as restrições que vêm por trás disso. Então, nós temos que ter muito cuidado na criação deste bioma. Não é por acaso que não foi criado ainda o Bioma Cerrado, como os outros já foram definidos.

Por exemplo, em Santa Catarina, há a Lei da Mata Atlântica, e se argumenta que é superior à lei do Código Florestal brasileiro. Então, há que se dar um tratamento diferenciado. E assim é que nós estamos fazendo nas áreas de reserva legal, tanto para floresta quanto para Cerrado, como Campos Gerais, Campos do Rio Grande e por aí afora. Este cuidado está lá.

Não há que se destacar este ou aquele bioma. Todos os biomas têm tratativas iguais dentro do Código Florestal brasileiro. Quem achar que não é bom



pegar para dar uma estudada em toda a legislação ambiental. Nós levamos 10 anos para aprovar esse projeto do Código Florestal brasileiro.

O Brasil é um preservacionista, mas o agricultor é o maior preservacionista na prática. Há muita gente na cidade que briga com o agricultor, mas o seu lixo, o seu dejetos, vai para o rio direto. Se isso acontecer lá no campo, o agricultor vai preso pela polícia. Aí está tudo certo.

A maior degradação do meio ambiente, queira ou não queira — os expositores colocaram aqui, e eu não pude ouvi-los, porque eles estavam em outras ações —, é a miséria, são as favelas, é o lixo, é o esgoto a céu aberto. Só 12% do esgoto no Brasil são tratados. Isso é o que nós temos que tratar, sem falar da poluição do ar com o uso de automóveis, do ruído urbano e do próprio petróleo. Ninguém fala, mas há elementos fortes jogados na natureza todos os dias.

Então vamos devagar, porque a agricultura não é a bandida; a agricultura é a salvação nossa, é o combustível nosso de cada dia, a que põe a comida na mesa. Quem mora na cidade e carimbou o agricultor como o bandido do meio ambiente saiba que, se o agricultor não planta, a cidade não almoça e não janta. Se já comeram hoje, agradeçam ao agricultor.

Esse recado era o que eu queria deixar para os senhores: as pessoas, quando sentarem à mesa para almoçar, façam como os chineses e rezem 1 minuto para quem produziu a comida que chegou à mesa e que está sendo degustada naquela hora. Assim, nós vamos entender o agricultor lá no campo e entender a sua dificuldade e, realmente, em vez de passarmos a dizer que eles estão fazendo as coisas erradas, nós vamos ajudá-los.

Eles preservam o meio ambiente na prática, não no discurso. Eles preservam. A água do campo é muito mais limpa que a da cidade. Comparem a água na área rural e a que chega ao Rio Tietê, lá dentro de São Paulo. Eu tomo a água lá da agricultura. Eu quero saber de quem mora na cidade se toma a água atrás da sua casa na cidade.

Eu acho que essas coisas têm que ser colocadas. Eu vim aqui para colocá-las.

Não tenho algo contra ninguém. Eu ajudo a preservar o meio ambiente na prática, mas essa questão do discurso, da ideologia, do “não pode isso” e “não pode



aquilo” é uma coisa superada. A ideologia nós temos que enterrar no Brasil, porque ela só o prejudicou. Assim é que nós temos que fazer na agricultura, na produção, no emprego e, principalmente, na questão ambiental.

Sra. Presidente, desculpe-me por tomar o seu tempo. Eu sei que V.Exa. tem compromisso.

Agradeço a V.Exa. e a os expositores.

Respeito todos aqueles que não concordam, mas também quero ser respeitado dentro daquilo que conheço e dentro da questão técnica. Eu sou um técnico, um engenheiro agrônomo, e conheço bem este assunto. Portanto, tenho competência para falar sobre ele.

Obrigado. (*Apupos na plateia.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado Valdir Colatto.

Esta audiência ouviu todos os que quiseram se manifestar. Inclusive, nós abrimos para a plateia — e nós não precisávamos ter feito isso. Então, eu gostaria que os senhores respeitassem as opiniões diversas. É isto o que nós estamos fazendo aqui hoje. Nós estamos ouvindo todos os lados, os favoráveis, os contrários, os do meio. Todo mundo tem um pouco de razão.

Nós temos que ouvir todos, para depois nós concluirmos a melhor lei para o Brasil e decidirmos se é preciso uma lei para o Cerrado, se não é preciso uma lei, se já se contempla o Cerrado no Código Florestal ou não. É isto o que nós estamos fazendo aqui hoje: ouvindo todos, para adotarmos um encaminhamento, a fim de que tenhamos o melhor possível para o futuro do nosso País.

Eu acho que existe uma consciência ambiental hoje, no Brasil, o que é muito bom, mas os exageros também são muito ruins. Os dois lados, quando vão para as pontas, são muito ruins. Nós temos que ter equilíbrio e nós podemos produzir com sustentabilidade, sim. Há exemplos aí, inclusive no Cerrado, fantásticos de sustentabilidade, em que há a integração da agricultura, lavoura, pastagem e floresta com *show*. Para quem conhece ou já teve a oportunidade de conhecer, coisas muito boas estão acontecendo, e nós estamos aprendendo também, porque antigamente o bom era que as fronteiras precisavam ser desmatadas integralmente.



Enfim, hoje, existe uma consciência, uma nova mentalidade. O Código Florestal veio para tratar deste assunto para o Brasil todo. Nós temos uma lei que talvez seja a melhor do mundo. É claro que precisamos aprimorá-la, e é para isto que esta Casa de Leis está aqui, para ouvir, para depurar as opiniões, com respeito a todas, as mais diversas, para que possamos fazer o melhor pelo nosso País.

Eu agradeço a todos. Gostaria de agradecer muito aos Srs. Donald Sawyer, Carlos Eduardo, Osvaldo, Elisa, José Felipe, Nelson e a todos que estiveram aqui falando e esclarecendo alguns pontos.

Eu vou discutir, na Comissão de Meio Ambiente, a sugestão que a Dra. Suely, que também esteve aqui — a quem agradeço a presença —, nos passou de um seminário. Isso será colocado na Comissão de Meio Ambiente na primeira sessão que houver.

Eu agradeço a todos. Muito obrigada.

Um bom fim de tarde.